



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

KÊT SIMAS FRAZÃO

**O PARALELISMO E A ORGANIZAÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL:
aspectos sintático-semânticos relevantes para a revisão de textos oficiais**

**Brasília
2015**

KÊT SIMAS FRAZÃO

**O PARALELISMO E A ORGANIZAÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL:
aspectos sintático-semânticos relevantes para a revisão de textos oficiais**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Revisão de Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Daniele Marcelle Grannier

**Brasília
2015**

KÊT SIMAS FRAZÃO

**O PARALELISMO E A ORGANIZAÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL:
aspectos sintático-semânticos relevantes para a revisão de textos oficiais**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Daniele Marcelle Grannier

Brasília, 16 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Daniele Marcelle Grannier (UnB)

Orientadora

Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva (UniCEUB)

Profa. Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz (UniCEUB)

*A minha mãe e mestra das primeiras letras, que
sempre me estimulou a ser e a oferecer o meu melhor.
Ao meu pai, pelo amor e pela dedicação de todos os
dias.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte de vida, de inspiração, de sabedoria, de “toda boa dádiva” e de “todo dom perfeito” (S.TIAGO 1,17).

Aos meus pais, pelo amor incondicional, por me haverem ensinado a olhar os desafios da vida com confiança e esperança e por indicarem uma rota segura.

À orientadora deste trabalho, Professora Doutora Daniele Marcelle Grannier, pela dedicação, apoio e respeito demonstrados ao longo desse tempo de estudos. Obrigada por incentivar-me ao aperfeiçoamento e por estimular-me a abraçar novas perspectivas no estudo das línguas.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Revisão de Texto do UniCEUB, pelos conhecimentos compartilhados e pelos inspiradores diálogos.

Aos colegas de curso, pelas boas conversas e pela parceria.

Aos amigos e colegas de trabalho, pelo estímulo à conclusão desta fase de estudos.

Aos amigos-irmãos de sempre e de longa caminhada, por significarem um lugar seguro a retornar. Obrigada pelos muitos e renovadores diálogos, pelas ideias singulares e por, de maneiras diferentes, estarem sempre perto.

*“Cada qual é livre para dizer o que quer, mas
sob a condição de ser compreendido por aquele a
quem se dirige.”*

(COHEN, 1966, p. 105-106 apud GARCIA,
2010, p. 7)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal observar a ocorrência de rompimento do paralelismo e suas consequências na organização do sentido de textos formais de caráter administrativo produzidos no âmbito de instituição jurídica do setor público. Para tanto, serão contemplados os seguintes objetivos específicos: descrever os tipos de estruturas sintáticas em que a observância do paralelismo é recomendada pela gramática normativa; identificar nos dados as construções sintáticas em que não foi observado o paralelismo e analisá-las; e, apresentar proposta de revisão dos exemplos selecionados. Este estudo evidencia certas qualidades que as redações oficiais devem contemplar a fim de cumprirem sua função comunicativa. Nesse contexto, a observância das regras e diretrizes referentes ao paralelismo é um recurso que se une a outros que promovem a melhor compreensão do texto. A análise dos dados desenvolveu-se com base em um quadro teórico estruturado a partir dos estudos dos autores Marcuschi (2010), Oliveira (2013), Garcia (2010), Didio (2013), Koch e Elias (2013, 2014), bem como nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2002). O detalhamento de alguns aspectos gramaticais foi amparado nos trabalhos de outros autores, tais como, Bechara (2009), Cunha e Cintra (2014), Luft (2010), Moura Neves (2009) e Paiva (2011). A metodologia da pesquisa consistiu de coleta de dados, realizada de modo a contemplar os diferentes tipos de construções sintáticas em que a ausência da simetria pode causar inconsistências no texto e prejudicar sua compreensão por parte do leitor. A fase seguinte foi dedicada ao agrupamento e à ordenação dos exemplos recorrentes e à análise desses enunciados, de acordo com a base teórica anteriormente estabelecida. Os resultados da análise confirmam as explicações apresentadas pelos estudiosos do português brasileiro, quanto às estruturas linguísticas e aos ambientes textuais em que escritores apresentam maior dificuldade de observar o uso adequado do paralelismo. Em vários casos, a falta de simetria na apresentação de ideias correlatas reflete problemas de estruturação sintática dos textos, relativos à regência nominal e verbal e à coordenação de orações, entre outros aspectos.

Palavras-chave: Revisão de texto. Redação oficial. Paralelismo. Sentido textual.

ABSTRACT

This study aims to observe the occurrence of disruption of parallelism and its implications for the meaning organization of administrative formal texts produced under legal institution of the public sector. To this end, the following specific objectives will be pursued: describe the types of syntactic structures in which the observance of parallelism is recommended by the normative grammar; identify the syntactic constructions in which the parallelism was not observed and analyze them; and submit proposed revision of selected examples. The study shows certain qualities that official texts must address in order to fulfill its communicative function. In this context, compliance with the rules and guidelines for the parallelism is a feature that joins others which promote a better understanding of the text. Data analysis was developed based on a theoretical framework structured from studies of the authors such as Marcuschi (2010), Oliveira (2013), Garcia (2010), Didio (2013), Koch e Elias (2013, 2014) as well as on the guidelines of the Writing Manual of the Presidency (2002). The details of certain grammatical aspects was supported in the works of other authors, such as Bechara (2009), Cunha and Cintra (2014), Luft (2010), Moura Neves (2009) and Paiva (2011). The research methodology consisted of data collection, carried out in order to include the different types of syntactic constructions in which the absence of symmetry can cause inconsistencies in the text and impair their understanding by the reader. The next phase was dedicated to the grouping and ordering of recurring examples and analysis of the statements, according to the theoretical framework previously established. The analysis results confirm the explanations given by researchers of the Brazilian Portuguese, about the linguistic structures and textual environments in which writers present a greater difficulty to observe the proper use of parallelism. In many cases, the lack of symmetry in the presentation of related ideas reflects syntactic structure problems of the texts, involving aspects of nominal and verbal regency and coordination of sentences among other aspects.

Key words: Text revision. Official writing. Parallelism. Textual sense.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Aspectos Gramaticais	12
2.2 Registros ou níveis de linguagem	17
2.3 O gênero textual em estudo	18
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	23
3.1 Exemplos relacionados à regência nominal	23
3.2 Exemplos relacionados à regência verbal	30
3.3 Exemplos relacionados à coordenação de orações	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as principais questões abordadas durante a elaboração da pesquisa sobre “O PARALELISMO E A ORGANIZAÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL: aspectos sintático-semânticos relevantes para a revisão de textos oficiais”.

O tema coloca em evidência características importantes que o texto deve contemplar para cumprir a sua função comunicativa, o que, por sua vez, depende da inteligibilidade das ideias apresentadas. A observância das regras de paralelismo vem a se somar aos recursos que promovem a melhor compreensão do texto. Essas são qualidades que interessam a todos os sujeitos envolvidos no processo comunicativo baseado no texto escrito – escritores, revisores e leitores, pois garantem o alcance do objetivo último da produção textual, o compartilhamento de ideias e informações.

No contexto dos cursos de especialização para capacitação de revisores, é importante que seja dado o destaque necessário ao tema, quando da abordagem de questões sintáticas e semânticas, estimulando-se, dessa forma, o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o assunto. Assim, os novos estudos podem ser utilizados como referência para a consolidação do entendimento e do uso adequado dos recursos que o fenômeno em observação coloca à disposição dos usuários da língua.

O processo de revisar um texto tem como fim último, segundo Athayde (2011, p. 44), “torná-lo melhor que ele se apresenta” (sic). O autor afirma que um dos objetivos do revisor é “fazer do texto uma melhor ferramenta de comunicação entre o autor e o leitor” (ATHAYDE, 2011, p. 45).

Avançando para além do enfoque de aspectos de correção ortográfica e gramatical, Athayde orienta os revisores a observar outros fatores utilizados na construção do texto, tais como:

[...] o equilíbrio das informações, a lógica argumentativa em cada tópico, que pode ser do mais genérico ao particular ou ao contrário, pode haver argumentos dedutivos ou indutivos, se há paralelismo ou gradação nas ideias, se há omissões relevantes entre dados e argumentos, se existe homogeneidade na apresentação de dados, se há amarração entre todos os pontos levantados e as conclusões obtidas. (ATHAYDE, 2011, p. 47).

Fica claro, desse modo, que um texto bem escrito e bem revisado deve contemplar os aspectos destacados pelo autor, a fim de cumprir sua função comunicativa entre autor e leitor.

Nesta pesquisa, pretende-se destacar a função do paralelismo e o consequente efeito de sua ausência nos textos, que resulta em falta de clareza e em baixa inteligibilidade de documentos produzidos rotineiramente por redatores lotados na área administrativa do Superior Tribunal de Justiça.

Considerando os pontos mencionados acima, o objetivo geral do presente trabalho é observar a ocorrência de rompimento do paralelismo e suas consequências na organização do sentido de textos formais de caráter administrativo produzidos no âmbito de instituição jurídica do setor público. Os objetivos específicos são: descrever os tipos de estruturas sintáticas em que a observância do paralelismo é recomendada pela teoria gramatical; identificar nos dados as construções sintáticas em que não foi observado o paralelismo e analisá-las; e, apresentar proposta de revisão dos exemplos utilizados na análise aqui proposta.

A fim de situar o trabalho indicado quanto aos seus fins, foi adotada a classificação apresentada por Gil (2012) que, seguindo a proposição de Selltiz ET al. (1967 apud Gil 2012, p. 27), reúne os tipos de pesquisas em três grandes grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos.

Desse modo, esta pesquisa, por pretender a observação e a descrição dos fatos tal como ocorrem e sem a interferência do observador, situa-se no âmbito da pesquisa descritiva, em que o tratamento ou a análise dos dados assume caráter qualitativo, uma vez que objetiva, conforme Brasileiro (2013, p. 49), a “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas”.

Quanto aos meios utilizados, de acordo com Brasileiro (2013), esta pesquisa pode ser classificada no rol das de cunho documental, visto que no estudo proposto serão utilizados “documentos de primeira mão, ou seja, que ainda não foram analisados” (GIL, 2006 apud BRASILEIRO, 2013, p. 46). Assim, o estudo terá como base textos que ainda não foram objeto de outro trabalho acadêmico do gênero.

No que diz respeito à autoria dos documentos analisados, os dados podem ser classificados como secundários, ou seja, são aqueles elaborados por outros redatores que não a autora da pesquisa. Neste caso, correspondem a um conjunto de textos produzidos por pessoas que atuam no serviço público e são utilizados para instrução de processos administrativos e para comunicações diversas.

Convém destacar que, devido à qualidade de interesse individual que reveste grande parte da informação tratada na área de gestão de pessoal de um órgão público, neste trabalho serão resguardados a autoria dos textos, os sujeitos envolvidos e informações específicas

veiculadas nos documentos utilizados para selecionar os dados analisados. Tal cuidado também considera o fato de que para os objetivos desta pesquisa interessam as ocorrências do fenômeno linguístico em si.

A coleta de dados¹ foi realizada de modo a contemplar os diferentes tipos de construções sintáticas em que a ausência do paralelismo pode causar inconsistências no texto. Assim, para cada tipo de construção serão apresentadas as análises de pelo menos três exemplos extraídos dos dados.

O ambiente das organizações públicas, devido a sua natureza formal e legal, requer de seus colaboradores a prática cotidiana da redação oficial. Praticamente todas as rotinas envolvem a elaboração de textos que visam a atender a fins diversos como, por exemplo: a composição de processos administrativos, o registro histórico das atividades desenvolvidas na instituição, o estabelecimento da comunicação oficial entre órgãos e entre estes e cidadãos.

Como integrante de uma dessas equipes, a autora deste estudo, além de trabalhar com a produção do tipo de textos especificado anteriormente, tem a seu encargo a tarefa de auxiliar na revisão de uma variedade de produções escritas pelos colegas da área. Durante esse processo de leitura e revisão, foi observado que entre os fatores que dificultam a compreensão do texto estão o rompimento da conexão entre ideias paralelas e a falta de uso consistente de estruturas correlatas no texto.

Dessa forma, vislumbrou-se a possibilidade de conjugar os objetivos do estudo acadêmico com a realidade da prática de redação e de revisão de textos no âmbito de uma instituição pública, o que foi realizado com a intenção não só de descrever o fenômeno em questão, mas também de oferecer uma contribuição aos redatores da equipe de trabalho da autora.

Além disso, espera-se que o trabalho final ofereça um aporte à referência bibliográfica do assunto e contribua para a compreensão da relevância da atividade desenvolvida pelo revisor de textos nos diversos meios em que a produção escrita é necessária, especialmente no setor público.

O presente trabalho foi então estruturado em quatro capítulos. No primeiro, é apresentada a introdução, no segundo, é estruturada a fundamentação teórica, com base nos autores Marcuschi (2010), Oliveira (2013), Garcia (2010), Didio (2013), Koch e Elias (2013, 2014) e ainda nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2002); no terceiro capítulo é feita a descrição dos dados e a análise proposta; e, no quarto capítulo,

¹ A coleta de dados foi realizada com ciência e autorização da chefia da área.

apresentam-se as considerações finais, com a retomada dos aspectos mais relevantes da pesquisa e as conclusões a que levaram.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento deste estudo foi realizado com apoio em um referencial teórico que evidencia as propriedades indicadoras do texto como “unidade comunicativa básica” (OLIVEIRA, 2013, p. 194). A abordagem dos aspectos gramaticais será feita com base nos estudos de Oliveira (2013), Garcia (2010), Didio (2013), Koch e Elias (2013, 2014) e ainda nas orientações apresentadas no Manual de Redação da Presidência da República - MRPR (2002). A questão relacionada ao gênero textual será apresentada de acordo com as premissas estabelecidas em Marcuschi (2010).

2.1 Aspectos Gramaticais

A fim de introduzir um conceito que sumarie o resultado da elaboração linguística, particularmente na forma escrita, assume-se, conforme o pensamento de Oliveira (2013), que o texto é “uma unidade linguística de sentido e forma, falada ou escrita, de extensão variável, dotada de ‘textualidade’, ou seja, de um conjunto de propriedades que lhe conferem a condição de ser compreendido pela comunidade linguística como um texto” (OLIVEIRA, 2013, p. 191).

Para entender o aspecto da textualidade é necessário que se fale de outras duas propriedades, que se relacionam com a primeira e a ela conferem amplitude – a coesão e a coerência, as quais “dizem respeito, respectivamente, às articulações de forma e de sentido construtoras da malha textual” (OLIVEIRA, 2013, p. 192).

A coesão refere-se à “unidade semântico-sintática que deve marcar a produção textual” e pode ser definida como:

o conjunto de estratégias de sequencialização responsável pelas ligações linguísticas relevantes entre os constituintes articulados no texto. Essas ligações podem ocorrer tanto no nível semântico, referentes aos sentidos veiculados, como no nível sintático, relativas às questões de ordenação desses constituintes. (OLIVEIRA, 2013, p. 195).

A coerência, por sua vez, refere-se “à construção do sentido textual” em ambas as perspectivas da comunicação, a “da produção pelo locutor” ou a “da recepção da codificação linguística pelo receptor”. Desse modo, a coerência diz respeito à “possibilidade, e mesmo à

necessidade, de atribuição de sentido às produções textuais, condição básica para que essas produções sejam entendidas e assumidas como tais” (OLIVEIRA, 2013, p. 200).

Partindo-se dessas propriedades definidoras da textualidade, entende-se que o estudo do paralelismo e de seus efeitos deve ser situado no campo da coesão, visto que sua observação constitui-se em uma das evidências de unidade sintático-semântica do texto.

É importante destacar, que a correta utilização de recursos coesivos, como o paralelismo, também irá contribuir na organização e na correta apresentação das ideias, de que depende a construção do sentido textual. Desse modo, elementos explícitos e superficiais, de ordem sintática (coesão) interrelacionam-se com aspectos menos explícitos, referentes à significação daquilo que se deseja transmitir (coerência), numa elaboração que confere relevância ao resultado final objeto da comunicação.

Sendo assim, falar de textualidade implica tratar de coesão e de coerência. A abordagem destas, por sua vez, chama a atenção do leitor para o processo aqui estudado, o paralelismo.

Garcia (2010) situa o estudo do paralelismo, ou “simetria de construção”, no âmbito dos eventos sintáticos contemplados na estrutura sintática frasal. Na concepção desse autor, o paralelismo, deve ser estudado no conjunto dos processos que contribuem para a organização do texto, tais como: a coordenação, a subordinação, e a correlação.

Ao considerar a coordenação “um processo de encadeamento de valores sintáticos idênticos”, Garcia (2010) afirma ser “justo presumir que quaisquer elementos da frase – sejam orações sejam termos dela –, coordenados entre si, devam – em princípio pelo menos – apresentar estrutura gramatical idêntica” (GARCIA, 2010, p. 28).

Tal premissa coloca em destaque a diretriz de simetria na construção do texto, que é conhecida como paralelismo. O autor enfatiza que, como diretriz, o paralelismo não é uma norma rígida, porém o respeito aos seus princípios é bastante eficaz quando se deseja evitar construções incorretas ou inadequadas.

A ocorrência do paralelismo pode ser estudada mais detalhadamente em duas subdivisões, o **paralelismo sintático ou gramatical**, que diz respeito ao tipo de estrutura sintática em que a simetria é requerida a fim de que o texto reflita seu caráter unitário, e o **paralelismo semântico**, que se refere mais à “correlação de sentido”, também chamada de “conveniência de situações”.

Garcia (2010, p. 52-63) exemplifica as estruturas gramaticais² que são apresentadas a seguir, nas quais a ocorrência de paralelismo coopera na manutenção da coesão textual.

- a. As estruturas verbais devem ser similares quando pertencentes a orações subordinadas que estejam em coordenação. No exemplo a seguir: “Não saí de casa *por estar chovendo* e *porque era* ponto facultativo”, o autor propõe a seguinte opção, entre outras: “Não saí de casa por estar chovendo e por ser ponto facultativo”.
- b. Conjunções e preposições em estruturas correlacionadas, tais como ‘não só... mas também’, ‘não tanto... quanto’. No exemplo “Sua atitude foi aplaudida *não só pelo povo* mas também *seus companheiros* de farda lhe hipotecaram inteira solidariedade”, Garcia indica que a correlação estabelecida com o uso de ‘*não só ... mas também*’ exige que a estrutura dos elementos que seguem cada parte seja similar: “[...] não só pelo povo ... mas também pelos seus companheiros [...]”.
- c. Os complementos ou adjuntos devem ter forma gramatical idêntica, paralela ou simétrica, quando agregados ao mesmo predicado. O exemplo “Nosso destino depende em parte *do determinismo* e em parte *obedecendo* à nossa vontade” pode ser corrigido substituindo-se a oração com gerúndio por um objeto indireto regido pela mesma preposição ‘de’: “[...] depende em parte do determinismo e em parte da nossa vontade”.
- d. Dois ou mais objetos do mesmo verbo devem apresentar estrutura similar. A oração “Ele gosta *de conversar* e principalmente *de anedotas*” poderia ser saneada da seguinte forma: “Ele gosta de conversar e principalmente de ouvir/contar anedotas” ou ainda, “Ele gosta de conversa e principalmente de anedotas”.
- e. Dois ou mais sujeitos referentes ao mesmo verbo devem ser paralelos. Veja-se o exemplo: “É necessário *chegares* a tempo e *que tragas* ainda a encomenda”. Essa oração pode ser saneada de duas formas: “É necessário que chegues a tempo e (que) tragas...” ou “É necessário chegares a tempo e trazeres...”.

É importante destacar a flexibilidade e ao mesmo tempo a razoabilidade com que o autor aborda o tema em estudo, ao alertar seus leitores de que em alguns casos a não observância do paralelismo sintático não tornaria a oração incorreta, contudo, um tanto

² Todos os exemplos desta seção foram retirados de Garcia (2010, p. 52-63).

estranha do ponto de vista estilístico, o que poderia comprometer a transmissão do sentido desejado.

Com respeito ao paralelismo semântico, Garcia (2010, p. 60) explica que, em certos casos, a “correlação de sentido ou conveniência de situações” pode não acontecer no texto, ainda que o paralelismo sintático tenha sido observado. É o caso do exemplo: “Fiz duas operações: uma em São Paulo e outra no ouvido” (GARCIA, 2010, p. 60).

De acordo com o autor, o enunciado carece de correlação no nível da significação e rompe o sistema lógico, ao associar ideias desconexas, tais como, em São Paulo e no ouvido, que “não indicam circunstâncias de lugar correlatas, quanto ao valor semântico” (GARCIA, 2010, p. 60).

É importante destacar, entretanto, que a ruptura do paralelismo semântico é um recurso bastante frequente em textos literários modernos e outros, em que é utilizado para dar realce a traços de ironia, sátira ou humor, como no exemplo de autoria de Carlos Drummond de Andrade, citado por Garcia (2010, p. 60): “Cardíaco e melancólico, o amor ronca na horta entre pés de laranjeira entre uvas meio verdes e desejos já maduros”.

Didio (2013, p. 309-319) inclui o paralelismo no âmbito do seu estudo sobre a coesão. Para a autora a coesão corresponde à expressão, no plano linguístico, do nexos entre conceitos que se constitui no requisito de que depende a coerência textual.

Nesses termos, o paralelismo ocorre como um dos recursos linguísticos de coesão recorrencial que revela na superfície textual as relações estabelecidas entre os conceitos e/ou as ideias presentes no texto e que lhe dão coerência.

“A coesão recorrencial dá-se basicamente quando as estruturas são reutilizadas pelo uso do paralelismo. Trata-se da recorrência (reaparição) de termos (itens, estruturas ou sentenças)” (DIDIO, 2013, p. 318).

“Esse tipo de coesão faz com que o fluxo informacional progrida para dar continuidade ao discurso” (FÁVERO, 2004, p. 26 apud DIDIO, 2013, p. 318).

De modo similar à subcategorização dada por Rocha (2010), Didio (2013, p. 318-319) também subdivide o estudo do paralelismo em dois tipos: o **paralelismo semântico** e o **paralelismo morfossintático**.

A título de exemplos do primeiro tipo, a autora apresenta as orações a seguir, cujas enumerações não mesclam as categorias dos elementos relacionados.

“Maria é muito bonita: tem cabelos negros, olhos azuis e nariz arrebitado”. Nesse exemplo, todas as qualidades são físicas.

“Joana tem muita cultura, inteligência e perspicácia”. Nesse caso, todas as características mencionadas são de natureza distinta da física.

Para ilustrar o segundo tipo de paralelismo, a autora cita, entre outros, os seguintes exemplos: “Firmaram o Acordo Comercial o Brasil, o Japão, a China e a Itália”. Nessa sentença, a garantia do paralelismo morfossintático se dá pelo uso do artigo correspondente antes de cada substantivo ou pela supressão de todos eles, como segue: “Firmaram o Acordo Comercial os seguintes países: Brasil, Japão, China e Itália”.

Koch e Elias situam o estudo do paralelismo no âmbito da sequenciação textual, que se refere “aos diversos tipos de atividades realizadas pelo produtor para fazer o texto progredir, mantendo o fio discursivo” (KOCH e ELIAS, 2013, p. 150). Entre os tipos de recorrência utilizados na sequenciação textual que interessam ao presente estudo, estão a recorrência de estruturas ou paralelismo sintático e a recorrência de tempo e aspecto verbal.

As autoras afirmam, quanto ao paralelismo sintático, que “a progressão constrói-se com a utilização de uma mesma estrutura sintática, preenchida a cada vez com itens lexicais diferentes” (KOCH e ELIAS, 2013, p. 153). O paralelismo sintático é um recurso “muito comum na poesia” e também ocorre com frequência na prosa, “sobretudo com a função retórica ou persuasiva” (KOCH e ELIAS, 2013, p. 153).

Em relação à estratégia de recorrência de tempo e aspecto verbal, as autoras explicam que “o uso dos tempos verbais está diretamente ligado ao nosso tipo de atitude comunicativa” (WEINRICH, 1964, 1971 apud KOCH e ELIAS, 2014, p. 173). Desse modo, continuam Koch e Elias (2014, p. 173), os tempos verbais subdividem-se em dois grandes grupos, os tempos utilizados nas narrativas (pretéritos perfeito, imperfeito, mais que perfeito e futuro do pretérito do indicativo) e aqueles usados em comentários e na emissão de opiniões (presente, futuro do presente, pretérito perfeito simples e composto do indicativo).

O Manual de Redação da Presidência da República – MRPR (2002) também aborda o tema objeto deste trabalho, dando-lhe o destaque requerido pela redação de textos oficiais. O MRPR (2002, p. 49) afirma que “os problemas mais frequentemente encontrados na construção de frases dizem respeito à má pontuação, à ambiguidade da ideia expressa, à

elaboração de **falsos paralelismos**³, erros de comparação, etc.” Explica ainda que, em geral, essas dificuldades “decorrem do desconhecimento da ordem das palavras na frase”.

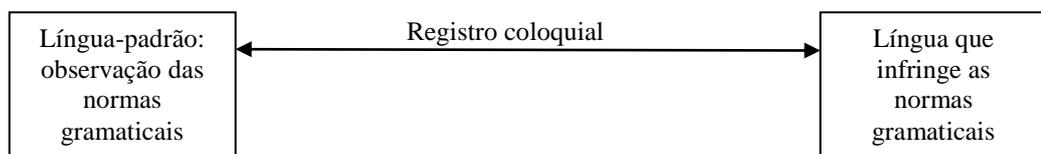
Como introdução aos exemplos em que a unidade textual deve ser mantida pela utilização do paralelismo, o MRPR (2002) indica que “uma das convenções estabelecidas na linguagem escrita ‘*consiste em apresentar ideias similares numa forma gramatical idêntica*’⁴, o que se chama de *paralelismo*” (MRPR, 2002, p. 50).

Entre os exemplos de não observação do paralelismo sintático apresentados no MRPR (2002, p. 50), encontram-se estruturas verbais diferentes em uma mesma oração e a correlação de substantivos com orações, entre outros. Quanto ao falso paralelismo, “que ocorre ao se dar forma paralela (equivalente) a ideias de hierarquia diferente ou, ainda, ao se apresentar, de forma paralela, estruturas sintáticas distintas” (MRPR, 2002, p. 50), nas páginas 50 e 51 do MRPR (2002) são encontrados exemplos de sentenças em que se alinham indevidamente cidades e pessoas, dados objetivos e ideias subjetivas e ainda outro tipo, “provocado pelo uso inadequado da expressão *e que* num período que não contém nenhum *que* anterior” (MRPR, 2002, p. 51).

2.2 Registros ou níveis de linguagem

A abordagem apresentada por Lucie Didio sobre a questão dos registros ou níveis da linguagem propõe que tais níveis “imbricam-se e confundem-se na fala dos indivíduos” e, desse modo, “não constituem compartimentos estanques nem apresentam entre si limites rígidos” (DIDIO, 2013, p. 34-35).

Observando-se o esquema da língua falada abaixo, que representa o registro coloquial na concepção de Didio (2013, p. 34), nota-se que essa modalidade de linguagem varia em um contínuo que vai da observância das normas gramaticais – a língua-padrão, ao seu oposto, com o uso de um modelo que infringe as normas gramaticais.



³ Grifo da autora.

⁴ MORENO, Claudio; GUEDES, Paulo Coimbra. *Curso básico de redação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 68.

Esse modelo reflete uma realidade da linguagem em que níveis intermediários podem sobrepor-se um ao outro, de forma que “mesmo que um indivíduo fale a norma culta, esta não será ‘pura’, pois poderá estar permeada das linguagens familiar e popular, de regionalismos e de termos técnicos e/ou científicos” (DIDIO, 2013, p. 34).

Situação semelhante irá ocorrer na forma escrita da língua, que “pode estar mais próxima ou mais distante da língua-padrão, conforme o grau de instrução ou os propósitos do indivíduo que escreve” (DIDIO, 2013, p. 35).

Assim, a depender da situação sociocomunicativa, da necessidade de imprimir maior ou menor formalidade ao texto e do nível social do falante, este tem a possibilidade de utilizar diferentes registros de linguagem.

O que será verificado mais à frente, no capítulo de análise dos dados, é que os vários registros utilizados cotidianamente pelos falantes da língua, em muitos casos, misturam-se indevidamente, diluindo a formalidade requerida nos textos escritos de caráter oficial ou a especificidade necessária às redações técnicas.

2.3 O gênero textual em estudo

As questões seguintes e outras, concernentes à caracterização dos textos de onde foram selecionados os dados do presente trabalho, podem surgir e devem ser esclarecidas previamente à descrição e à análise do material:

1. Em qual domínio discursivo se está trabalhando?
2. Qual a tipologia textual predominante nos textos?
3. Qual gênero textual estrutura a situação sociocomunicativa?

A resposta a essas perguntas e a consequente delimitação do tipo de texto objeto desta pesquisa são aqui expostas, de acordo com as conceituações dadas por Didio (2013) e, principalmente, por Marcuschi (2010), no capítulo Gêneros Textuais: definição e funcionalidade, em que apresenta definições e distinções dos termos: tipo textual, gênero textual e domínio discursivo. A ideia da presente seção é, nas palavras do próprio Marcuschi, oferecer um quadro conceitual “sem grande complicação técnica” e que facilite a compreensão da caracterização dada.

Ao discorrer sobre a tipologia textual, Didio (2013, p. 219-224) apresenta uma classificação que contempla os seguintes tipos de textos: descritivo, narrativo, expositivo-explicativo, dissertativo, dissertativo-argumentativo, injuntivo e dialogado, os quais são resumidos em seguida, a fim de oferecer subsídios à classificação do texto objeto deste estudo, que será apresentada ao final desta seção.

O texto descritivo “retrata (descreve) – no espaço – seres reais ou imaginários, objetos, ambientes, cenas ou paisagens” (DIDIO, 2013, p. 219).

No tipo de texto narrativo há o objetivo de “contar (= narrar) um fato, um evento, uma estória, um acontecimento ou um episódio” (DIDIO, 2013, p. 220).

O texto expositivo-explicativo possui duplo objetivo: “apresentar (expor) ideias e explicá-las” (DIDIO, 2013, p. 221).

No texto dissertativo, o objetivo é “discorrer (dissertar) sobre ideias (tese, teoria, opinião ou ponto de vista)” (DIDIO, 2013, p. 221).

O tipo textual dissertativo-argumentativo, segundo a autora, apresenta dois momentos: primeiro, “disserta sobre ideias” e depois “utiliza argumentos para defendê-las ou atacá-las com o objetivo de levar seu leitor a, conforme o caso, aceitá-las ou rejeitá-las” (DIDIO, 2013, p. 222).

Didio ainda explica os tipos injuntivo, que se caracteriza pela apresentação/imposição de “opinião, conselho, recomendação, comando ou ordem”; e o dialogado, que “reproduz a conversa entre dois ou mais interlocutores” e tem entre suas principais características “o discurso direto, a mudança de interlocutor e a produção de perguntas e respostas” (DIDIO, 2013, p. 222-223).

Marcuschi (2010) diz utilizar a expressão tipo textual para

designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (MARCUSCHI, 2010, p. 23).

Com relação à expressão gênero textual, o autor afirma que é utilizada como “uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2010, p. 23).

Nesse ponto já se estabelece uma primeira distinção, a saber, enquanto os tipos textuais são “definidos por traços linguísticos predominantes” e restringem-se a algumas categorias, os gêneros, por refletirem situações sociocomunicativas diversas, são inúmeros, entre os quais o autor arrola o sermão, a carta comercial, a carta pessoal, a romance, a reportagem jornalística, a aula expositiva, o inquérito policial, a resenha, o edital de concurso e vários outros.

De acordo com os princípios ora apresentados, nota-se que não se trata de estruturas rígidas, visto que os gêneros “não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa” (MARCUSCHI, 2010, p. 19). Para ele, é importante a compreensão de que “os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas. Gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (MARCUSCHI, 2010, p. 26).

Como tais entidades comunicativas, os **gêneros** constituem-se em

artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Não podemos defini-los mediante certas propriedades que lhes devam ser necessárias e suficientes. Assim, um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero (MARCUSCHI, 2010, p. 31).

Já a expressão **domínio discursivo**, explica o autor, é utilizada para

designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em **discurso jurídico**, discurso jornalístico, discurso religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas (MARCUSCHI, 2010, p. 24-25, grifado pela autora).

É útil que se destaque, neste ponto, o distintivo entre as noções de tipo e gênero textual. Conforme Marcuschi (2010, p. 25), no **tipo textual**, “predomina a identificação de sequências linguísticas típicas como norteadoras”, enquanto para o **gênero** “predominam os critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade”.

Nesse contexto, os **domínios discursivos** representam as diferentes áreas da sociedade em que a interação comunicativa é realizada, “as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam” (MARCUSCHI, 2010, p. 25).

A partir das considerações acima, a análise proposta para o presente trabalho pode ser situada dentro do domínio discursivo jurídico, cujos textos refletem as práticas sociais do ambiente administrativo das organizações públicas.

Esse contexto recomenda para os textos um conjunto de características linguísticas que privilegia os tipos expositivo-explicativo, próprio dos textos informativos e das correspondências oficiais, e dissertativo-argumentativo, necessário às produções que envolvem opiniões, sugestões e encaminhamentos.

A materialização dos textos se dá por meio de vários gêneros identificados durante a coleta de dados, a saber: comunicações escritas entre órgãos, entre estes e usuários dos serviços públicos, instruções processuais, pareceres, registros de reuniões, relatórios, etc.

O Manual de Redação da Presidência da República (2002), com uma abordagem de cunho normatizador das produções escritas originadas no setor público, oferece o seu aporte à caracterização do tipo de texto em estudo e apresenta uma visualização inicial de alguns gêneros recorrentes dentro das instituições governamentais. Informa os requisitos e a estrutura de “formas-padrão relativamente estáveis” (KOCH, 2014, p. 55), que vêm sendo reconhecidas como as principais configurações de registro das práticas discursivas oficiais, materializadas na forma de atos normativos (leis, decretos, portarias, etc.) e expedientes, tais como ofícios, memorandos, avisos, atas, etc.

Em seu primeiro capítulo, ao introduzir o tema redação oficial, o MRPR (2002) aponta algumas qualidades básicas que orientam a produção dos textos no setor público, tais como: a impessoalidade, o uso do padrão culto de linguagem, a clareza, a concisão, a formalidade e a uniformidade. “Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais” (MRPR, 2002, p. 4).

Considerando-se a relevância atribuída pelo MRPR (2002) às propriedades primárias da redação oficial, observou-se, pela análise dos dados que serão apresentados no Capítulo 3, a emergência de um paradoxo, em que a busca pela impessoalidade pode ser a razão da recorrência de certas estruturas que prejudicam a clareza e a concisão dos textos estudados.

Ao discorrer sobre a impessoalidade na redação oficial, o MRPR (2002) orienta:

Quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. [...] Desta forma, não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora. (MRPR, 2002, p. 4-5).

Por fim, é importante, para um trabalho realizado no contexto de formação do profissional de revisão de textos, destacar a razão, indicada no MRPR (2002), por que a concisão e a clareza são, em muitos casos, prejudicadas nos textos oficiais: a falta de tempo dedicado à fase de revisão textual.

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. Para que se redija com essa qualidade, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o necessário tempo para **revisar o texto depois de pronto**. É nessa releitura que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias. (MRPR, 2002, p. 6, grifado pela autora).

Com as seguintes recomendações, o MRPR (2002) finaliza a seção sobre a revisão da redação oficial:

Na revisão de um expediente, deve-se avaliar, ainda, se ele será de fácil compreensão por seu destinatário. O que nos parece óbvio pode ser desconhecido por terceiros. O domínio que adquirimos sobre certos assuntos em decorrência de nossa experiência profissional muitas vezes faz com que os tomemos como de conhecimento geral, o que nem sempre é verdade. Explícite, desenvolva, esclareça, precise os termos técnicos, o significado das siglas e abreviações e os conceitos específicos que não possam ser dispensados.

A revisão atenta exige, necessariamente, tempo. A pressa com que são elaboradas certas comunicações quase sempre compromete sua clareza. **Não se deve proceder à redação de um texto que não seja seguida por sua revisão**. (MRPR, 2002, p. 6, grifado pela autora).

Como se depreende do texto acima, a qualidade dos trabalhos oficiais depende em grande parte da fase de revisão. A leitura cuidadosa, feita por profissional especificamente capacitado, irá considerar não só os aspectos gramaticais da língua, mas também outros que concorrem para o atingimento da função comunicativa do texto, como as características do gênero, os objetivos comunicativos, o leitor e a situação em que se processa a comunicação.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão expostos exemplos, selecionados dos dados da pesquisa, em que o paralelismo não foi respeitado. Após cada exemplo será apresentada uma análise que contemplará proposta de saneamento das orações e, quando possível, explicação do padrão refletido no original. Conforme explicitado na introdução deste trabalho, os exemplos foram adaptados, quando necessário, de modo a resguardar informações funcionais e de interesse individual.

3.1 Exemplos relacionados à regência nominal

Nesta subseção, cujos exemplos envolvem regência nominal, após a transcrição do excerto original, numerados de (1) a (32), apresentam-se as orações desmembradas em níveis, a partir do termo regente, que foi sublinhado. Os termos que deveriam respeitar o paralelismo foram destacados com formatação em *itálico*. Os parênteses vazios () indicam a omissão do termo paralelo no original. Outras omissões nos originais foram indicadas com o nome da classe ou evento gramatical entre parênteses, por exemplo: (artigo), (vírgula), etc.

3.1.1 Omissão do artigo no segundo termo paralelo

(1) Todo histórico funcional do servidor será enviado ao Órgão XYZ para análise do direito à concessão das vantagens pessoais percebidas por ele no órgão de origem, tais como o adicional temporal e vantagem individual.

Todo histórico funcional do servidor será enviado ao Órgão XYZ para análise do direito à concessão das vantagens pessoais percebidas por ele no órgão de origem, tais como

- *o* adicional temporal
- e
- () vantagem individual.

(2) [...] Caso um ajuste cadastral seja feito para o exercício corrente e exercício anterior, o sistema criará entradas separadas na “Tabela X/Y” para cada exercício.

[...] Caso um ajuste cadastral seja feito para

- *o* exercício corrente
- e
- () exercício anterior, o sistema criará entradas separadas na “Tabela X/Y” para cada exercício.

Nos exemplos (1) e (2), o estabelecimento da simetria se faria com a inclusão do artigo definido no início da segunda oração.

3.1.2 Omissão da preposição no segundo termo paralelo

Nas sentenças (3) a (6), apesar de os complementos nominais respeitarem estruturas paralelas, a preposição *de* requerida pelo termo regente não ocorreu no segundo complemento nominal das quatro orações. O ajuste das orações pode ser feito com a inclusão da referida preposição no espaço em que constam parênteses vazios.

(3) Comunicada a autorização para a realização de uma turma do evento “SIAFI Gerencial”, bem como o pagamento da Gratificação EC ao instrutor indicado, conforme decisão do Senhor Diretor-Geral, de ordem, à Seção Z para conhecimento e adoção das medidas necessárias.

Comunicada a autorização para a realização

- *de uma turma* do evento “SIAFI Gerencial”,
bem como
- () *o pagamento* da Gratificação EC ao instrutor indicado, conforme decisão do Senhor Diretor-Geral, de ordem, à Seção Z para conhecimento e adoção das medidas necessárias.

(4) Para os servidores do quadro que tenham CJ o valor do cargo efetivo e a Gratificação Especial serão cadastrados na “Tabela 9999” e a opção do cargo de comissão estará na “Tabela 8888”.

Para os servidores do quadro que tenham CJ(vírgula) o valor

- *do cargo* efetivo
e
- () *a Gratificação* Especial serão cadastrados na “Tabela 9999” e a opção do cargo de comissão estará na “Tabela 8888”.

(5) Acrescenta-se ainda a necessidade de observar as normas contidas no Ato XYZ n. 99, de 9/9/9999, bem como manter atualizadas as informações registradas em seus assentamentos funcionais, [...].

Acrescenta-se ainda a necessidade

- *de observar* as normas contidas no Ato XYZ n. 99, de 9/9/9999,
bem como
- () *manter* atualizadas as informações registradas em seus assentamentos funcionais, [...].

(6) [...] a não necessidade de aprovação ou conferência com o original.

[...] a não necessidade

- *de aprovação*
ou
- () *conferência* com o original.

Com relação ao uso adequado das preposições, a lição do gramático Evanildo Bechara destaca as seguintes observações:

Na coordenação, não é necessário repetir as preposições, salvo quando assim o exigirem a ênfase, a clareza ou a eufonia [...].

A repetição é mais frequente antes dos pronomes pessoais tônicos e do reflexivo [...].

Quando a preposição se encontra combinada com artigo, deve ser repetida se repetido está o artigo. (BECHARA, 2009, p. 302).

Tomando-se como base tais comentários, nota-se que, dos exemplos acima, apenas a oração (6) poderia prescindir da repetição da preposição *de*, por apresentar coordenação de complementos nominais representados por substantivos desacompanhados de artigo. As orações (3) e (4) deveriam repetir a preposição na coordenação de complementos nominais, visto que estes estão acompanhados de artigos indefinido e definido, respectivamente. Igualmente, o exemplo (5) deveria contemplar a preposição *de* na coordenação de orações subordinadas substantivas completivas nominais reduzidas de infinitivo.

3.1.2 Omissão da preposição e do artigo no segundo termo paralelo

Nos exemplos (7) a (14), também foi mantido o paralelismo entre as estruturas dos complementos nominais, porém as preposições *de* ou *em* ou *com* requeridas pelo termo subordinante e o artigo selecionado no primeiro complemento não ocorreram no segundo complemento das sentenças. O saneamento desses exemplos pode ser feito com a inclusão da respectiva preposição e do artigo correspondente no espaço em que constam parênteses vazios.

(7) Um campo na “Tabela 9999” com o valor do cargo efetivo e Gratificação Especial conforme [...].

Um campo na “Tabela 9999” com o valor

- *do cargo* efetivo
- e
- () *Gratificação Especial*(vírgula) conforme [...].

(8) Somente o pagamento da Vantagem Pessoal e Adicional Temporal serão mantidos (sic) nesse caso.

Somente os pagamentos

- *da Vantagem* Pessoal
- e
- () *Adicional* Temporal serão mantidos nesse caso.

(9) Serão criados (sic) três simulações separadas, para aumento do Cargo Efetivo, aumento Funções Comissionadas e aumento Cargos em Comissão.

Serão criados (sic) três simulações separadas, para

- aumento *do Cargo* Efetivo,
- aumento () *Funções* Comissionadas
- e
- aumento () *Cargos* em Comissão.

(10) Os pagamentos referentes a exercícios anteriores serão tratados na “Tabela X/Y”, que conterà as datas de vigência, início do cálculo dos juros, da correção e o índice utilizado.

Os pagamentos referentes a exercícios anteriores serão tratados na “Tabela X/Y”, que conterà as datas

- *de vigência*,
- () início do cálculo dos juros,
- *da correção*
- e o índice utilizado.

O exemplo (10) também pode ser reescrito, conforme a proposta a seguir, que apresenta em primeiro plano os complementos verbais e deixa para o final da oração a enumeração dos complementos nominais.

Proposta de reescrita:

(10a) Os pagamentos referentes a exercícios anteriores serão tratados na “Tabela X/Y”, que conterà o índice utilizado e as datas de vigência e de início do cálculo dos juros e da correção.

Os pagamentos referentes a exercícios anteriores serão tratados na “Tabela X/Y”, que conterà

- *o índice* utilizado e
- *as datas*
- ✓ *de vigência*
- e

✓ *de início* do cálculo dos juros e da correção.

(11) O Tribunal Regional Federal da 1ª Região(vírgula) com base na Instrução Normativa RFB n. 1.500, de 29/10/2014, Nota/PGFN/CRJ n. 1.582/2012 e Instrução Normativa n. 1.127, de 7/2/2011, [...].

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região(vírgula) com base

- *na Instrução Normativa RFB n. 1.500, de 29/10/2014,*
- *Nota/PGFN/CRJ n. 1.582/2012*
- e
- *Instrução Normativa n. 1.127, de 7/2/2011 [...].*

(12) Com o intuito de atender ao disposto na citada resolução e Resolução n. 99, [...]

Com o intuito de atender ao disposto

- *na citada resolução*
- e
- *Resolução n. 99 [...],*

(13) Trata-se de devolução de valores ao Senhor ADS, em consonância com o estabelecido no Parecer PA n. 99/9999, da Procuradoria Regional, e Parecer PCS n. 88/8888, da Procuradoria Municipal.

Trata-se de devolução de valores ao Senhor ADS, em consonância com o estabelecido

- *no Parecer PA n. 99/9999, da Procuradoria Regional,*
- e
- *Parecer PCS n. 88/8888, da Procuradoria Municipal.*

(14) O adicional deve ter correlação com (artigo) área de interesse do Órgão e as atribuições do cargo efetivo do servidor.

O adicional deve ter correlação

- *com (artigo) área de interesse do Órgão*
- e
- *as atribuições do cargo efetivo do servidor.*

3.1.3 Seleção de preposições diferentes em cada um dos termos paralelos

No exemplo (15), foi mantido o paralelismo entre as estruturas dos complementos nominais, entretanto, foi selecionada preposição distinta para introduzir cada termo paralelo.

(15) Ressalta-se que trata-se (sic) de revisão de valores apurados em diligência[...], a qual questionou [...] o cálculo das verbas referentes ao adicional de 1/3 de férias e do 13º salário proporcional, conforme [...].

Ressalta-se que trata-se (sic) de revisão de valores apurados em diligência[...], a qual questionou [...] o cálculo das verbas referentes

- *ao adicional de 1/3 de férias*
- e
- *do 13º salário proporcional, conforme [...].*

Nesse caso, recomenda-se a substituição da preposição *de* iniciadora do segundo complemento pela que ocorre no primeiro complemento, *a*, que é a preposição regida pelo vocábulo “referente”, conforme Luft (2010, p. 436). Ainda, numa proposta de revisão, deve-se indicar a necessidade de observância da regra de atração do pronome *se* pelo vocábulo *que*.

3.1.4 Seleção de preposição em desacordo com o termo regente

Nos casos a seguir, a revisão passa pela escolha da preposição apropriada e sua utilização nos dois complementos nominais.

(16) Trata-se de devolução dos valores [...], em consonância ao estabelecido no Parecer AGU/AG-01/2012, da Advocacia-Geral da União, e o Parecer PGFN/CAF n. 2.490/2012, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Trata-se de devolução dos valores [...], em consonância

- *ao (com) o estabelecido no Parecer AGU/AG-01/2012, da Advocacia-Geral da União,*
- e
- *() (com) o (verbo no particípio) no Parecer PGFN/CAF n. 2.490/2012, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.*

No exemplo (16), a proposta de revisão contemplaria, além da seleção da preposição *com*⁵ para os dois complementos, a indicação da utilização de verbo no particípio no segundo complemento, para manter o paralelismo.

(17) [...] Foi determinado o prazo de 45 dias para manifestação quanto ao item 9 do Relatório n. 9/9999, levando em consideração o determinado no Acórdão n. 999/9999 e pela Resolução n. AB-CDF-88/9998 do CJJ.

⁵ Conforme Luft (2010, p. 124), *com* é uma das preposições que acompanha o vocábulo “consonância” e subordina seu complemento.

[...] Foi determinado o prazo de 45 dias para manifestação quanto ao item 9 do Relatório n. 9/9999, levando em consideração o determinado

- *no Acórdão* n. 999/9999
- e
- *pela Resolução* n. AB-CDF-88/9998 do CJJ.

Na oração (17), a proposta de revisão seria escolher a mesma preposição para iniciar os dois complementos nominais. Neste caso, o valor semântico do termo subordinante possibilita a seleção das preposições *em* ou *por*, desde que, para respeitar o paralelismo gramatical, a selecionada fosse utilizada nos dois termos coordenados. Assim, as duas opções a seguir estariam adequadas: “[...] determinado pelo Acórdão e pela Resolução [...]” ou “[...] determinado no Acórdão e na Resolução [...]”.

3.1.5 Toda a estrutura dos complementos selecionados não observa o paralelismo

No exemplo (18), a não observância do paralelismo manifesta-se na estrutura dos dois elementos coordenados, visto que um tem forma nominal e o outro, forma verbal.

(18) No Relatório n. 99/9999, constante do processo YY n. 999/9999, foi determinado o prazo de trinta dias para manifestação quanto à aplicação do teto constitucional sobre o 1/3 de férias e 13º salário no acerto do servidor A.B.C., bem como rever os casos semelhantes.

No Relatório n. 99/9999, constante do processo YY n. 999/9999, foi determinado o prazo de trinta dias

- *para manifestação* quanto à aplicação do teto constitucional sobre
 - ✓ o 1/3 de férias
 - e
 - ✓ () 13º salário no acerto do servidor A.B.C., bem como
- () *rever* os casos semelhantes.

A organização da coordenação encontrada na oração (18) acima pode ser feita de duas formas: com a seleção de duas estruturas nominais – *para manifestação* [...] e *para revisão* [...], ou com a escolha de duas estruturas verbais – *para manifestar-se* [...] bem como *para rever* [...]. Igualmente, o desdobramento do primeiro termo coordenado também apresenta possibilidade de ajuste a fim de respeitar o paralelismo, incluindo-se o artigo *o* antes da expressão 13º salário.

Como foi visto, especialmente nas seções 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4 acima, a maior parte dos casos em que não foi observada a devida simetria de estruturas paralelas envolve

algum tipo de inadequação no uso das preposições, seja na seleção, seja na falta de sua representação requerida no texto, seja no uso indistinto de diferentes preposições relacionadas a um mesmo termo ou expressão regente.

Sobre esse tema, Celso Luft, tendo apresentado exemplos em que a seleção de uma ou outra preposição muda o significado do enunciado como um todo, afirma que a

variabilidade no uso das preposições, portanto, não é caprichosa, aleatória, mas semanticamente governada: são os traços semânticos da palavra regente, primários ou secundários, que comandam a ocorrência desta ou daquela preposição. Ou seja, a preposição é efeito da palavra-núcleo da estrutura, via semântica. (LUFT, 2010, p. 11).

No caso de vocábulos que aceitam mais de um tipo de preposição, como é o caso dos termos *análise*, *pesquisa* e *estudo*, por exemplo, que podem reger as preposições *de* ou *sobre*, o caráter semântico de cada uma das preposições oferecerá resultado distinto quanto ao significativo comunicado. Assim, o autor reforça: “as preposições contêm traços semânticos que se relacionam com os traços das palavras que as regem” (LUFT, 1987, p. 14 apud LUFT, 2010, p. 11).

Observe-se como essas considerações destacam a necessidade do devido cuidado na escolha de todos os termos utilizados na produção textual, especialmente na redação oficial, a fim de que comuniquem com clareza e objetividade o conteúdo que se pretende fazer conhecido.

3.2 Exemplos relacionados à regência verbal

Similarmente ao procedimento adotado na seção 3.1, nos exemplos abaixo que envolvem regência verbal, após a transcrição do excerto original, apresentam-se as orações desmembradas em níveis, a partir do termo regente, que foi sublinhado. Os termos que deveriam respeitar o paralelismo estão destacados com formatação em *itálico*. Os parênteses vazios () indicam a omissão do termo paralelo no original. Outras omissões nos originais foram indicadas com o nome da classe ou evento gramatical entre parênteses, por exemplo: (artigo), (vírgula), etc.

Com relação à presença das preposições em complementos verbais, Bechara (2009) assinala que tais elementos constituem

uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua preposição, por servidão gramatical. A escolha de qual complemento deva introduzir este complemento relativo depende da

norma estabelecida pela tradição, tradição que pode permitir, às vezes, o emprego variado e indiferente de mais de uma preposição: ‘Ela se parece ao pai’, ‘Ela se parece com o pai’.

Há, todavia, certos usos gramaticalmente previsíveis, como a frequente identidade do prefixo e da preposição (*depende de, concorre com, agrega a*, por exemplo), ou a preferência relativa da preposição *de* depois de verbos pronominais (*arrepender-se de, queixar-se de, condoer-se de*, por exemplo), o que não deixa de ser aspectos de historicidade da norma. (BECHARA, 2009, p. 420).

Nos exemplos (19) e (20), os termos coordenados são da mesma natureza gramatical, substantivos, porém, como estão introduzidos por artigo definido, a repetição da preposição *de* é recomendada, conforme explicação apresentada na subseção 3.1.1 deste trabalho.

(19) Trata o processo da concessão e pagamento do Abono de Permanência à servidora B.F.S., matrícula xxx, com efeitos financeiros e correção monetária a partir de 9/9/9999, conforme Despacho n. zzz da Secretária A.

Trata o processo

- *da concessão*
e
- () *pagamento* do Abono de Permanência à servidora B.F.S., matrícula yxxx, com efeitos financeiros e correção monetária a partir de 9/9/9999, conforme Despacho n. zzz da Secretária A.

(20) Trata-se da isenção do desconto de imposto de renda e alteração da base [...].

Trata-se

- *da isenção* do desconto de imposto de renda
e
- () *alteração* da base [...].

(21) Outros esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones [...] ou no endereço [...], nesta Capital; ou, ainda, solicitados por meio do endereço eletrônico [...].

Outros esclarecimentos poderão ser obtidos

- *pelos telefones* [...]
ou
- *no endereço* [...], nesta Capital;
ou, ainda,
- *solicitados* por meio do endereço eletrônico [...]

No caso do exemplo (21), propõe-se uma reorganização dos complementos, separando-os por tipo de preposição requerida pelo termo regente.

Proposta de reescrita:

(21a) Outros esclarecimentos poderão ser obtidos

- *pelos telefones [...]*,
- *por meio do* endereço eletrônico [...],
ou, ainda, pessoalmente,
- *no* endereço [...], nesta Capital.

3.3 Exemplos relacionados à coordenação de orações

Nesta seção os dados referem-se à coordenação de orações subordinadas. Cada exemplo é apresentado primeiro da forma como ocorre no original e depois é desmembrado em níveis, a fim de destacar as orações subordinadas. As estruturas que deveriam ser simétricas foram identificadas com formatação em *itálico*. Omissões diversas nos originais estão indicadas com o nome da classe ou evento gramatical entre parênteses, por exemplo: (artigo), (verbo), etc.

3.3.1 Falta de paralelismo com uso inadequado do gerúndio

No capítulo em que discorrem sobre o verbo, os gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra explicam que “o gerúndio apresenta o processo verbal em curso e desempenha funções exercidas pelo advérbio ou pelo adjetivo” (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 497).

Essa forma verbal manifesta-se de duas formas:

uma simples (lendo), outra composta (tendo ou havendo lido). A forma composta é de caráter perfeito e indica uma ação concluída anteriormente à que exprime o verbo da oração principal. A forma simples expressa uma ação em curso, que pode ser imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporâneo dela. (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 504).

Com relação à utilização do gerúndio, o especialista em português jurídico Marcelo Paiva afirma ser esse “um recurso oral muito presente em nosso idioma. No entanto, o exagero compromete o texto. A linguagem jurídica no Brasil faz muito uso de gerúndio de forma inadequada” (PAIVA, 2011, p. 109).

O uso inadequado do gerúndio, explica o autor, normalmente está relacionado ao sentido pontual, adjetivo ou aditivo, como se pode examinar nos exemplos abaixo, extraídos de Paiva (2011, p. 61).

Inadequado*Vou estar fazendo**Texto contendo erros**O órgão analisou o caso, decidindo (...).***Adequado***Farei.**Texto que contém erros.**O órgão analisou o caso e decidiu (...).*

O emprego adequado do gerúndio, continua o autor, está relacionado à ideia adverbial de causa, concessão, condição, meio, modo, tempo, como nos exemplos que seguem, encontrados em Paiva (2011, p. 61).

Causa: *Sendo ainda novo, não quis ir só.*

Concessão: *Não quis, sendo sábio, resolver as dúvidas por si mesmo.*

Condição: *Triunfarás, querendo.*

Meio: *O acusado defendia-se dizendo que...*

Modo: *Ele fala cantando.*

Tempo: *Proferindo o orador estas palavras, a assembleia deu vivas.*

Em entrevista concedida à revista UNESPCiência, a professora Maria Helena de Moura Neves observa o seguinte sobre o uso da forma: “Construindo a frase com gerúndio você minimiza uma ordem, dilui a ação no tempo. Fica mais polido. O problema é que acabou criando um calo, mas também não precisa abolir.” (MOURA NEVES, 2009, p. 9).

De maneira geral, os autores consultados estão concordes em indicar uma postura equilibrada, que permita aos redatores a utilização adequada desse recurso disponível na língua portuguesa, sem viciar os textos com uma sobrecarga de sentenças marcadas pelo gerúndio.

No que diz respeito aos dados desta pesquisa, observa-se, nos exemplos (22) a (27), que o paralelismo gramatical teria sido preservado caso a ocorrência inadequada do gerúndio tivesse sido substituída por uma construção aditiva que observasse as qualidades de tempo, modo e pessoa do verbo da primeira oração.

(22) Desse modo, submeto os autos à consideração de V. Sa. sugerindo o encaminhamento dos autos ao Senhor Diretor-Geral para reconhecimento da dívida e autorização de pagamento condicionado [...].

Desse modo,

- *submeto* os autos à consideração de V. Sa.
- *sugerindo* o encaminhamento dos autos ao Senhor Diretor-Geral para
 - reconhecimento *da* dívida
 - e
 - autorização *de* pagamento condicionado [...].

Proposta de reescrita:

(22a) Desse modo, submeto os autos à consideração de V. Sa. e sugiro o encaminhamento ao Senhor Diretor-Geral para reconhecimento da dívida e autorização [...].

(23) Acrescenta-se ainda que a restituição de valores aos magistrados caberia a cada um dos órgãos a cujos quadros pertencem as autoridades contribuintes, devendo ser processada mediante ordem bancária [...].

Acrescenta-se ainda que a restituição de valores aos magistrados

- *caberia* a cada um dos órgãos a cujos quadros pertencem as autoridades contribuintes,
- *devendo* ser processada mediante ordem bancária [...].

Proposta de reescrita:

(23a) Acrescenta-se ainda que a restituição de valores aos magistrados caberia a cada um dos órgãos a cujos quadros pertencem as autoridades contribuintes e deveria ser processada mediante ordem bancária [...].

(24) Assim, encaminho os autos à consideração de Vossa Senhoria, sugerindo-se posterior remessa ao Senhor Y para [...].

Assim,

- *encaminho* os autos à consideração de Vossa Senhoria,
- *sugerindo-se* posterior remessa ao Senhor Y para [...].

Proposta de reescrita:

(24a) Assim, encaminho os autos à consideração de Vossa Senhoria e sugiro posterior remessa ao Senhor Y para [...]. Neste caso, também se pode optar pela construção em (22b):

(24b) Assim, encaminha-se os autos à consideração de Vossa Senhoria e sugere-se posterior remessa ao Senhor Y para [...].

(25) Pelo exposto, sugere-se o envio dos autos à Senhora Secretária de Gestão de Pessoas, propondo a concessão do Adicional decorrente de cursos de Pós-Graduação aos servidores.

Pelo exposto,

- *sugere-se* o envio dos autos à Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,
- *propondo* a concessão do Adicional decorrente de cursos de Pós-Graduação aos servidores.

Proposta de reescrita:

(25a) Pelo exposto, sugere-se o envio dos autos à Senhora Secretária de Gestão de Pessoas, propõe-se a concessão do Adicional decorrente de cursos de Pós-Graduação aos servidores.

(26) Certifico, para os devidos fins, que R.L.J., CPF n. xxx.xxx.xxx-xx, servidor do Órgão XYZ, desde 9 de novembro de 9999, está vinculado ao RPPS dos servidores

públicos federais, contribuindo com o percentual de 11% (onze por cento) incidente sobre a remuneração do cargo efetivo de TJAA, em conformidade com [...].

Certifico, para os devidos fins, que R.L.J., CPF n. xxx.xxx.xxx-xx, servidor do Órgão XYZ, desde 9 de novembro de 9999,

- *está vinculado* ao RPPS dos servidores públicos federais,
- *contribuindo* com o percentual de 11% (onze por cento) incidente sobre a remuneração do cargo efetivo de TJAA, em conformidade com [...].

Proposta de reescrita:

(26a) Certifico, para os devidos fins, que R.L.J., CPF n. xxx.xxx.xxx-xx, servidor do Órgão XYZ, desde 9 de novembro de 9999, está vinculado ao RPPS dos servidores públicos federais e contribui com o percentual de 11% (onze por cento) incidente sobre a remuneração do cargo efetivo de TJAA, em conformidade com [...].

(27) [...] a área responsável receberá o requerimento por e-mail ou por mensagem apenas para fins de controle, podendo ser o documento exportado para anexação ao processo administrativo e exclusão do documento do sistema.

[...] a área responsável

- *receberá* o requerimento por e-mail ou por mensagem apenas para fins de controle,
- *podendo* ser o documento exportado para anexação ao processo administrativo e exclusão do documento do sistema.

Proposta de reescrita:

(27a) [...] a área responsável receberá o requerimento por e-mail ou por mensagem apenas para fins de controle e o documento encaminhado poderá ser exportado para anexação ao processo administrativo e posterior exclusão do sistema.

No exemplo (28) abaixo, o paralelismo gramatical teria sido preservado caso a ocorrência inadequada do gerúndio tivesse sido substituída por uma construção adjetiva que observasse as qualidades de tempo, modo e pessoa do verbo da primeira oração.

(28) Com base nesta informação, elaborou-se a planilha de cálculo anexa, atualizada até 9/9999, totalizando o valor de R\$ 9.999,99, pendente de recursos [...] para pagamento.

Com base nesta informação, elaborou-se a planilha de cálculo anexa,

- *atualizada* até 9/9999,
- *totalizando* o valor de R\$ 9.999,99,
- *pendente* de recursos [...] para pagamento.

Proposta de reescrita:

(28a) Com base nesta informação, foi elaborada a planilha de cálculo anexa, atualizada até 9/9999, que totaliza o valor de R\$ 9.999,99 e está pendente de recursos [...] para pagamento.

3.3.2 Falta de paralelismo com uso adequado do gerúndio

O período apresentado em (29) é um caso em que a presença do gerúndio em forma simples após o verbo principal “expressa uma ação em curso, que pode ser imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporâneo dela”. (CUNHA E CINTRA, 2014, P 204).

O atendimento à recomendação de manter a simetria entre as duas orações que indicam os momentos inicial e final da ação do verbo principal pode ser feito com a simples repetição do *se*, que indica a indeterminação do sujeito.

(29) Calculou-se o valor da correção monetária para cada parcela de jan/9998 a set/9999, iniciando-se pelo índice de correção do mês de referência e finalizando com o índice de dezembro de 9999.

Calculou-se o valor da correção monetária para cada parcela de jan/9998 a set/9999,

- iniciando-*se* pelo índice de correção do mês de referência
- e
- finalizando() com o índice de dezembro de 9999.

3.3.3 Falta de paralelismo referente à coordenação de objetos do mesmo verbo

O enunciado (30), a seguir, é um exemplo de coordenação de orações que representam os objetos do mesmo verbo, informar. Nesse caso é aconselhada a manutenção do paralelismo de construção, como registrado nas duas propostas de reescrita apresentadas em (30a) e em (30b).

(30) Informa-se que o pagamento do auxílio foi realizado no valor de R\$ 9.999,99, equivalente a uma remuneração no mês de deslocamento, bem como o seu lançamento Extra Folha, conforme demonstrativo de pagamento anexo.

Informa-se *que* o pagamento do auxílio

- *foi realizado* no valor de R\$ 9.999,99, equivalente a uma remuneração no mês de seu deslocamento,
- bem como
- () o seu lançamento Extra Folha,

conforme demonstrativo de pagamento anexo.

Proposta de reescrita:

(30a) Informa-se que o pagamento do auxílio foi realizado no valor de R\$ 9.999,99, equivalente a uma remuneração no mês de deslocamento, bem como que o seu lançamento extrafolha foi efetuado, conforme demonstrativo de pagamento anexo.

(30b) Informa-se o pagamento do auxílio, realizado no valor de R\$ 9.999,99, equivalente a uma remuneração no mês de deslocamento, bem como o seu lançamento extrafolha, efetuado conforme demonstrativo de pagamento anexo.

3.3.4 Falta de paralelismo relacionada à correspondência temporal

Os casos elencados nos exemplos (31) e (32) referem-se às estratégias que Koch e Elias (2013, 2014) chamam de recorrência de tempos verbais, também conhecidas como de correspondência temporal ou, ainda, de consecução dos tempos verbais, que orientam a preservação da harmonia entre as formas verbais de uma mesma sentença. A observação dessas diretrizes no texto escrito envolve, como o próprio nome dá a entender, a observância do paralelismo nas formas verbais dos enunciados.

No exemplo (31), duas ações deverão ser realizadas: a primeira, acessar a transação e a segunda, informar os dados. Assim, a observância do paralelismo orienta o uso de formas verbais semelhantes na primeira e na segunda oração.

(31) Para a realização da manutenção do cadastro das agências bancárias no sistema, deverá ser acessada a “Transação YY99” e informar os dados de número do banco somado ao número da agência.

Para a realização da manutenção do cadastro das agências bancárias no sistema, deverá

- *ser acessada* a “Transação YY99”
- e
- *informar* os dados de número do banco somado ao número da agência.

Proposta de reescrita:

(31a) Para a realização da manutenção do cadastro das agências bancárias no sistema, deverá ser acessada a “Transação YY99” e (ser) informados os dados de número do banco somado ao número da agência.

Para o enunciado (32), a mudança do tempo verbal da segunda oração para o pretérito perfeito do modo indicativo e o ajuste do pronome relativo são uma opção de adequação que preserva a estrutura do texto original, conforme demonstrado em (32a). Apresentam-se em (32b) e (32c) outras possibilidades para se comunicar a mesma informação.

(32) Outro ponto mencionado é em relação aos contatos no Órgão MNP nos quais eles estarão de portas abertas para que possamos tirar quaisquer dúvidas.

Outro ponto

- *mencionado*
- *é em relação aos contatos no Órgão MNP nos quais eles estarão de portas abertas para que possamos tirar quaisquer dúvidas.*

Propostas de reescrita:

(32a) Foi mencionada ainda a disponibilidade dos contatos no órgão MNP para o esclarecimento de dúvidas.

(32b) Foi mencionado ainda que os contatos no órgão MNP estarão disponíveis para o esclarecimento de dúvidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu descrever e, na maioria dos casos, confirmar as situações comunicativas e as estruturas sintáticas pontuadas na teoria linguística e na gramática normativa em que o uso do paralelismo, ainda que recomendado, não foi observado por autores de textos oficiais administrativos, produzidos no domínio discursivo jurídico.

O conjunto de dados desta pesquisa evidenciou que a falta de simetria nas construções sintáticas está muito relacionada à observação de aspectos gramaticais como a regência nominal, a regência verbal, a coordenação de orações e a seleção de tempos verbais adequados às diversas intenções comunicativas.

A análise dos dados estimula a reflexão acerca dos motivos pelos quais autores de textos que deveriam primar pela clareza e concisão como princípio falham na utilização de recursos de coesão e de sequenciação textual, que em muito contribuem para a manifestação da coerência das ideias apresentadas no texto. Torna-se relevante, então, apontar os principais fenômenos, cuja ocorrência se destacou nos textos objeto deste estudo.

Inicialmente, a utilização de muitas inversões, em certas circunstâncias, desnecessárias, e de excessivas nominalizações. Também foi observada a alta incidência de orações subordinadas em detrimento das coordenadas, quando estas apresentariam as ideias de forma mais transparente.

O encaixe de orações foi outra estratégia muito recorrente nos dados estudados. Resultado da falta de recorte dos enunciados em períodos menores, esse tipo de ligação entre as orações dificulta a captação do sentido do escrito com um todo. Logo, exige do leitor mais de uma leitura do texto a fim de apreender o seu significado pleno.

Ainda, o uso indiscriminado do gerúndio foi um dos fatores que contribuiu para a falta de clareza dos exemplos observados.

A configuração gramatical das nominalizações e das orações reduzidas de gerúndio apresenta-se de uma maneira que proporciona a supressão de informações modo-temporais e número-pessoais, deixando o evento descrito sem uma referência clara.

Considerando-se essa realidade, é possível inferir, na tentativa de explicar os fatos aqui relatados, que a busca do redator pelo texto formal ideal, ou seja, aquele que contempla as qualidades de impessoalidade, clareza, concisão e uniformidade, entre outras, está

operando de forma tal que imprime grande relevância ao caráter impessoal do texto à custa do equilíbrio das demais qualidades, tais como clareza, concisão, uniformidade, uso da norma-padrão e formalidade.

A seleção das formas e combinações linguísticas mais adequadas ao objetivo e à situação comunicativa é uma importante tarefa atribuída aos que realizam a produção textual, na modalidade oral (falantes) ou na escrita (autores e revisores). Mesmo que os autores recorram aos conhecimentos linguístico e extralinguístico adquiridos ao longo do tempo em que utilizam a língua, surgem dúvidas no momento da elaboração de textos escritos e, com frequência, registram-se enunciados incoerentes e imprecisos, sem que os próprios autores se deem conta da inadequação.

Com essas considerações e com o observado nesta pesquisa, coloca-se em destaque a importância do trabalho do revisor de textos nas mais variadas circunstâncias que utilizam a forma escrita como meio de materialização dos discursos que emergem nas situações sociocomunicativas.

Conforme mencionado anteriormente, a qualidade da produção textual de caráter oficial depende em grande medida da fase de revisão. Realizada com o tempo adequado e por profissional especificamente capacitado, a revisão irá considerar não só os aspectos gramaticais da língua, mas também outros que concorrem para o atingimento da função comunicativa do texto, como as características do gênero, os objetivos comunicativos, o tipo de leitor e a situação em que se processa a comunicação.

Finalmente, o trabalho realizado proporcionou a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Pós-graduação em Revisão de Textos e contribuiu expressivamente como fonte de experiência na área da revisão, ao evidenciar questões específicas com as quais o revisor lida diariamente, tais como, adequação lexical, forma, objetivo comunicativo, público leitor, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, Públio. *Revisão de textos: teoria e prática*. Belo Horizonte: Keimelion. *e-book*. 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. *Manual de Redação da Presidência da República*/Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2ª edição, revista e atualizada. Brasília: Presidência da República. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em 23 out. 2014.
- BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Atlas, 2013.
- COHEN, Jean. Structure du langage poétique, 1966. In: GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 27ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 7.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- DIDIO, Lucie. *Leitura e produção de textos*. São Paulo: Atlas, 2013.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais, 2004. In: DIDIO, Lucie. *Leitura e produção de textos*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 318.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 27ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2012.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever. Estratégias de produção textual*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. *Ler e compreender. Os sentidos do texto*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Nominal*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 2010.
- _____. *Moderna Gramática Brasileira*, 1987. In: LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Nominal*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 2010, p. 11.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 19-38.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. Em defesa de uma gramática que funcione. *UNESPCiência*, São Paulo, p. 9, dez. 2009.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Linguística Textual. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2013, p. 191-203.

PAIVA, Marcelo. *Português Jurídico*. 7ª edição. Brasília: Educere, 2011.

WEINRICH, Harald. Tempus: besprochene and erzählte welt, 1964, 1971. In: KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever*. Estratégias de produção textual. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2014, p. 173.